

# APROXIMAÇÕES À ECONOMIA MORAL THOMPSONIANA: PLANO CRUZADO (1986) E POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2009) OU A “MISÉRIA DA TEORIA ECONÔMICA ORTODOXA”.

Glaudionor Gomes Barbosa\*  
Ana Paula Sobreira Bezerra\*\*

## Resumo

O artigo tem como marco teórico a obra de Edward Palmer Thompson onde o mesmo opõe e debate padrões de mercado, no sentido capitalista, *versus* economia moral no sentido pré-capitalista ou anti-capitalista. Neste último caso, se não no conteúdo, mas na forma. Tentou-se demonstrar a excelente contribuição do historiador marxista inglês com respeito à natureza e aos fins das lutas populares e como a lógica dos pobres nem sempre coincide com aquele comportamento teórico padrão e universal que a doutrina neoclássica supõe ser a base do comportamento real das pessoas dentro de qualquer sociedade. Pretendeu-se, também, e fundamentalmente, destacar a atualidade do seu pensamento, em especial no que se refere à existência, no mundo contemporâneo, de “economias morais” diferentes, é certo, daquela das multidões inglesas do século XVIII, mas, de alguma forma, lastreadas em experiências semelhantes, a exemplo das que alimentam a luta pela terra e contra o agronegócio no Brasil e na América Latina. Foram escolhidos dois estudos de casos: as reações populares produzidas pelo Plano Cruzado no Brasil em 1986 e as atuais manifestações de apoio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por políticas públicas que ferem o ideário neoclássico e neoliberal de alocações via mercado.

**Palavras-chaves:** Economia moral. Thompson. Plano Cruzado. Governo Lula. Brasil

## 1. Introdução

O objetivo do trabalho é discutir o conceito de economia moral de Thompson e verificar a pertinência de seu uso no capitalismo atual, em particular apresentar a defesa do Cruzado pelas populações brasileiras e o apoio às políticas sociais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como formas contemporâneas de “economia moral”. Quanto à estruturação, o artigo é composto de quatro seções, incluindo essa introdução. A seção dois faz uma digressão onde se discute as oposições entre mercado e costumes; a seção três apresenta as reações populares durante o Cruzado, enquanto uma manifestação de economia moral thompsoniana; na seção quatro se analisa os resultados do governo Lula e

---

\* Professor do CAA/UFPE

\*\* Professora do CAA/UFPE

a popularidade do mesmo na perspectiva de que a população escolhe através de uma moral econômica diferente da convencional.

## **2. Mercado *versus* costumes**

Wood (2001) mostra a importância da obra de E. P. Thompson, em particular o clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa* em explicitar e confrontar os princípios de mercado com práticas e valores alternativos. Confrontos que representavam luta entre classes. Disputa entre os que, por interesses materiais e/ou afinidades intelectuais, defendiam o novo credo da economia política clássica inglesa e aqueles que lutavam pelo direito à subsistência e pela manutenção de práticas tradicionais. Os primeiros, vitoriosos, afirmaram seu projeto social traduzido na hegemonia da organização e dos interesses do mercado capitalista que foi naturalizado a ponto de grande parte da Humanidade, em especial, grande parte dos intelectuais estarem convencidos da sua inevitabilidade. Aos outros, derrotados, foram reservados ou epítetos pouco lisonjeiros, tais como “conservadores” ou “retrógrados”, ou outros aparentemente mais amenos e até simpáticos, como “românticos” e “utópicos”. Mas, independente do tipo de alcunha, o que se esconde por trás de cada uma delas é a idéia de que estão associados ou ao atraso ou a uma perspectiva teleológica inatingível, irrealizável. Ou se tratam de vestígios de um passado superado, ou de sonhadores e idealistas incapazes de uma leitura da realidade compatível com os novos tempos, ou seja, ambos são visto como obstáculos a serem superados para a obtenção do progresso pleno, o que, segundo as teses liberais, é lido como “crescimento econômico”.

Thompson, não só o historiador, mas também o militante de causas como a luta contra a desigualdade entre os homens e em defesa da vida e do planeta, também foi ou é considerado por alguns de seus críticos, um pensador romântico, tal como outros intelectuais de esquerda, a exemplo de Raymond Williams. Esta é a leitura que, por exemplo, autores como Robert Sayre e Michael Lowy fazem a seu respeito. Apesar da crítica feita por Marx ao romantismo, a posição de Sayre & Löwy (1995:44), situando-o entre aqueles “*que procuram, no passado, uma inspiração para a invenção dum futuro utópico*”.<sup>1</sup>

Uma das principais preocupações de Wood (2001) é mostrar, baseando-se em Polanyi<sup>2</sup> e em Thompson, que a motivação do lucro a as trocas de mercado, só tornaram-se princípios dominantes da vida econômica na chamada era moderna. Ou seja, é necessário estabelecer uma clara distinção entre sociedade com mercados, existentes em toda a história e a “sociedade de mercado”. Nas sociedades antigas (com mercado) as práticas e relações econômicas estavam imersas e dominadas por relações não econômicas — de parentesco, comunais, religiosas e políticas.

A partir do século XVIII, a disputa em torno do mercado envolvia não apenas uma acirrada polêmica sobre a noção medieval de preço justo, mas lutas contra práticas monopolistas e açambarcadoras de mercadorias exercidas por fazendeiros ricos. Outras práticas que visavam aumentar os lucros (maximização dos lucros) tão normais para a economia política clássica assim não pareciam para as multidões famintas.

A própria noção de “mão invisível”, presente na obra de Adam Smith, gerava uma “invisibilidade” num espaço que antes era de alta “visibilidade”. O mercado, antes do capitalismo, era um lugar (físico) aonde algumas pessoas levavam mercadorias para serem vendidas (oferta física) e outras pessoas buscavam adquiri-las (demanda), sendo a moeda desnecessária, em alguns casos, ou simples agente de troca em outros. Tudo isso sob controle comunal direto.

Em vários aspectos era possível identificar conflitos representativos da oposição mercado capitalista *versus* costumes. Como, por exemplo, em relação às questões alimentares. Segundo Thompson (1987) a discussão sobre dieta popular durante a Revolução Industrial, concentra-se nos cereais, carne, batatas, cerveja, açúcar e chá. Uma luta importante foi a “batalha do pão”. Nessa “batalha” os fazendeiros, latifundiários, párocos, manufactureiros e o governo pressionavam ao extremo para que os trabalhadores desistissem do pão em favor da batata; o objetivo era reduzir o valor do salário de subsistência para melhorar a taxa de lucro. O trabalhador recusava-se a abandonar o pão branco, pois o mesmo era símbolo de seu *status*. Assim, Thompson argumenta que, durante aproximadamente cinquenta anos, houve uma autêntica luta de classe na questão da dieta habitual: as batatas suplantaram o pão, no sul, e se impuseram, juntamente com a farinha de aveia, no norte.

De acordo com Thompson (1987) também no que se refere à carne havia um forte elemento de *status* que superava a simples questão alimentar. Assim, o *Roast Beef* era orgulho dos artesãos e aspiração dos trabalhadores comuns. A carne era um forte indicador dos padrões materiais, pois qualquer aumento de salário real ou renda real elevava o seu consumo.

Ainda segundo Thompson (1987) as decisões sobre o consumo de carne incorporavam valores que iam além da simples questão mercadológica:

*“Havia, evidentemente, uma variedade de ‘carnes’ inferiores à venda: arenque defumado e salgado, pés de carneiro e de vaca, orelhas de porco, miúdos, tripas e morcela. Os tecelões rurais de Lancashire desprezavam a comida da cidade e preferiam comer ‘o que matavam com a própria faca’ — uma frase que indica a sobrevivência de uma economia baseada na criação doméstica de porcos, além da suspeita de que a carne urbana estava contaminada. Quando obrigados a comerem na cidade, cada bocado era engolido entre penosas especulações sobre qual teria sido o quadrúpede, quando vivo, e qual a razão de seu sacrifício”.* (WAUGH Apud THOMPSON, 1987:182).

Na “Economia Moral da Multidão”,<sup>3</sup> Thompson (1998) explora, de forma magistral, as oposições entre mercado e costumes, e mostra mesmo a utilização do mercado em favor das multidões. Como afirma Munhoz (1997:19-20):

*“Thompson veria no século XVIII uma crescente confrontação entre uma economia de mercado inovadora e uma economia moral das plebes. Ele enxerga neste conflito o embrião da formação de classe e de consciência de classe. Neste processo dar-se-ia a resistência à imposição dos novos valores dominantes, através da consolidação de uma rede própria de valores, onde a lógica e o significado dos antigos costumes ganham uma nova dimensão e sentido social. (...) A permanente contestação seria, na realidade, um processo onde os pobres procuravam manter o pouco do controle que tinham sobre o mercado, baseando-se na Common Law. Onde Thompson vê rebeldia, protesto, contestação, muitos críticos vêem apenas crime. Resumindo, a linha geral do trabalho indicaria o desenvolvimento de estratégias díspares, descontínuas e desconexas, que possibilitavam a resistência à nova ordem em processo de consolidação (livre mercado), buscando resgatar, na Common Law, apoio e justificativas morais para suas práticas contestatórias”.*

Thompson (1998) argumenta que na medida em que avançavam os procedimentos de mercado, menos transparentes ficavam as relações entre compradores e vendedores. Na medida em que os cereais passavam para as mãos dos intermediários, aumentava a especulação, ficando o mercado cada vez mais controlado pelo negociante-intermediário.

Acontecimentos como a retenção de mercadorias despertavam na população, aversão aos intermediários e negociantes, a ponto de os magistrados rurais se tornarem hostis àquelas pessoas. Os negociantes eram vistos com um grupo “vil e pernicioso”. Houve denúncia por parte dos negociantes de que os juízes de paz nada faziam quando a população os atacava. Em geral, o tumulto popular contra os que faziam compras antecipadas de grãos não era mal visto pelas autoridades. Argumentava-se que alguns juízes eram acusados de incitar a “turba” para execução da lei.

A leitura de Thompson (1998) destaca que as ações populares (“*rebeliões do povo*”) eram extremamente disciplinadas e tinham, como ação central, a fixação de preços. Os populares agiam com decência quando não havia resistência por parte dos fazendeiros. Era solicitada a diminuição do preço, e quando atendidos, os populares iam embora em perfeita paz. As multidões chegavam ao nível de organização de arregimentar magistrados para presidirem o cumprimento das leis. Elas não queriam roubar mercadorias, e quando as confiscavam, vendiam a preço “justo” e devolviam o dinheiro aos respectivos donos. Havia exceções: os que resistiam ou se recusavam a aceitar a economia moral tinham suas lojas ou moinhos saqueados.

E. P. Thompson foi um autor que soube investigar as oposições entre mercados e costumes. Soube, também, mostrar que uma coisa é o mercado (comandado por outras variáveis sob domínio comunal) e outra bem diferente é o mercado capitalista. Outro esforço bem sucedido do autor foi de desnaturalizar alguns conceitos e relações tão caras à economia política clássica. Seu trabalho é um guia para refletirmos sobre o presente, pois como afirma Wood (2001), “*Pensar em alternativas futuras ao capitalismo exige que exploremos concepções alternativas de seu passado*”. Essa é uma lição que os cientistas sociais, incluindo os economistas e não apenas os historiadores devem aprender com Thompson. *sistemática da distribuição da riqueza a nível planetário, pois está cada vez mais claro que o movimento atual do capitalismo é excludente*” (in: Crítica Marxista, 23).

### **3. O Plano Cruzado: um exemplo de economia moral da multidão no século XX**

No Brasil, o ano de 1985 terminou – melancolicamente para o governo e para a maioria da população – com uma forte aceleração inflacionária. A medida para o mês de dezembro acusou 13,20%<sup>4</sup> e para o ano de 1985, 235,11%. O governo de Sarney precisava

urgentemente estancar a elevação dos preços, para tanto foi instituído em 28 de fevereiro de 1986 um plano de estabilização não recessivo, denominado de Cruzado. A medida mais controversa do referido plano, por chocar frontalmente com a lógica dos mercados capitalistas, foi o congelamento de preços. Apesar de combatida, principalmente no campo dos princípios que regem o funcionamento do capitalismo, aquela foi a medida mais eficaz e efetiva de todas. A queda abrupta da inflação de 14,98% em fevereiro para 5,5% em março e - 0,58% em abril levou a um grande apoio popular ao plano e ao presidente.

Para entender o congelamento de preços e as reações populares em favor do mesmo, ou seja, para entender a economia moral do Cruzado, é preciso compreender que inflação foi, é, e será sempre um problema de conflito distributivo. Sabendo-se que a elevação dos preços é um fenômeno que resulta de um conflito entre as classes sociais e entre segmentos de uma mesma classe, é fácil deduzir que quanto maior for o nível de pressão dos agrupamentos sociais sobre a renda gerada, maior a expansão dos preços e maior a luta distributiva pela renda e pelo produto real criado. No Brasil das décadas de sessenta, setenta e parte dos oitenta do século passado, viveu-se em um regime autoritário que arbitrava o conflito distributivo pela força. Parece desnecessário lembrar que a ditadura militar se notabilizou pelo arrocho salarial, pela repressão aos movimentos populares e sindicais e pela prisão e assassinato dos opositores. Afirmar que durante os anos de chumbo, o conflito foi decidido em favor da burguesia e de segmentos privilegiados das classes médias não deve causar maiores polêmicas.

A questão principal é que o Plano Cruzado significou uma inversão fortíssima nos mecanismos de mediação e controle do conflito que operava até fevereiro de 1986. A abertura política, o aumento da organização dos trabalhadores, principalmente dos metalúrgicos, petroleiros e bancários ao lado da redemocratização tornou obsoleto o arcabouço institucional que administrava a luta econômica das classes sociais. O Plano Cruzado, e em particular o congelamento de preços foram aceitos e defendidos pela população porque realizou uma nova configuração de rendas no país e que durou aproximadamente seis meses. Ou de acordo com os argumentos de Camargo e Ramos:

*Até fevereiro de 1986, os trabalhadores e setores mais competitivos da economia foram os que assimilaram a maior parte dos custos do ajuste externo, o que era obtido através de acelerações inflacionárias crescentes. Com adoção da escala móvel, os salários reais permaneciam constantes ou cresciam, exceto em conjunturas com taxas de inflação extremamente elevadas. Em outras*

*palavras, o aumento de preços deixou de ser um mecanismo de redução dos salários reais. Por outro lado, o setor externo, os setores mais oligopolizados, e o setor financeiro, que, antes do Plano, eram os que se beneficiavam com as acelerações inflacionárias, após sua implementação passaram a ser os principais perdedores na luta distributiva, caso a inflação persistisse. (CAMARGO & RAMOS, 1988: 29).*

Como é comum abaixo da linha do equador, além de não haver pecado, há uma curiosa crença das elites e de vários intelectuais de que o povo é tolo e ignorante (segundo Pelé, não sabe nem votar). A experiência de 1986 desmente esta crença e o veredicto do Rei do futebol. A população revelou uma profunda sabedoria em defender os novos ganhos, transformando-se em um exército civil de fiscais da nova política econômica, mesmo contra as opiniões da direita e da esquerda. Foi a pressão popular que garantiu o sucesso inicial do plano. Foi a economia moral da multidão, principalmente das mulheres que chegou a fechar vários estabelecimentos comerciais que desrespeitavam o congelamento de preços e/ou maquiava produtos. A multidão avocava para si a condição de autoridade (pois baseada na lei) e procedia ao fechamento dos estabelecimentos burladores ao som do hino nacional.

É evidente, na leitura thompsoniana que no século XVIII, a disputa em torno do mercado dizia respeito não apenas a uma forte polêmica sobre a noção de preço justo, mas, principalmente lutas contra práticas monopolistas e sonegadoras de mercadorias. A retenção de mercadorias despertava na população, aversão aos comerciantes. Ressalte-se, de acordo com nosso autor, que as ações populares eram muito organizadas e tinha como objetivo central, a fixação de preços. As multidões chegavam ao nível de organização de arregimentar magistrados para presidirem o cumprimento das leis.

Segundo o economista Francisco Lopes, em entrevista concedida a José Onofre da Folha de São Paulo<sup>5</sup> o governo já havia adquirido a força para garantir o sucesso do plano: a participação voluntária dos consumidores, nos pontos de venda, na vigilância do congelamento. Para Lopes “*os opositores são os que não entenderam e os que ganhavam com a inflação alta*”. Apesar do otimismo exagerado do economista e do menosprezo quanto a possíveis reações dos empresários capitalistas, havia muita verdade nas suas palavras, a saber, só estava contra a estabilização quem perdia com ela e quem não a entendia no sentido de não admitir interferências no mercado que não fossem em benefício próprio. Estava a favor aqueles que começavam a ganhar alguma renda e que sabia que a

derrota do plano significava uma volta a situação anterior. Ou seja, o conflito distributivo adquiriu nova identidade, e se expressava pelo apoio ou o repúdio ao congelamento.

Henry Maksoud, destacado representante de um segmento da burguesia brasileira, num artigo intitulado “Por que discordo do pacote”<sup>6</sup>, depois de afirmar que sempre havia criticado os pacotes econômicos e atos de intervenção no mercado, assim se posiciona quanto ao plano Cruzado:

*Ao ser divulgado o “decreto-lei da inflação zero” (Nota: Nome propagandístico dado ao Plano Cruzado) logo notei que nada havia mudado no enfoque substantivo dado à inflação, mas percebi de imediato como seria muitíssimo mais iníqua e abrangente que antes a intrusão governamental na vida, na liberdade e na propriedade das pessoas. Por uma questão de coerência, de princípios, não de dogmas, e para estar em paz com a consciência, tive que me postar outra vez na difícil posição de quem diverge da opinião geral. Apesar da extasiante aceitação popular, do patrulhamento ideológico que emergiu (que supostamente não existiria na “democracia” da Nova República) e da absurda violência, estimulada pela propaganda nos meios de comunicação, sou dissente em relação a este plano por muitas razões concretas. (FSP, 24/04/1986)*

Analisando o discurso do Senhor Maksoud, percebem-se claramente as seguintes questões: (a) o articulista é contrário a intervenção do Estado, mas na verdade ele é contra aquela que possa beneficiar os de baixo, pois no Brasil como em todos os países capitalistas, o Estado foi um parceiro constante e fiel da burguesia, seja realizando investimentos que o setor privado não podia ou não queria fazer, dado o longo prazo de maturação, seja construindo obras de infra-estrutura necessárias ao crescimento do capitalismo, seja fornecendo subsídios e outras vantagens ao empresariado. Aliás, razão tem Francisco de Oliveira quando diz que a estatização em si, não passa de um “socialismo” dos tolos; (b) apesar do verniz civilizado do Senhor Maksoud, na essência seu ódio de classe é o mesmo dos antigos Senhores (fazendeiros, comerciantes, etc) dos séculos XVIII e XIX, denunciados por Thompson; (c) por fim, acusar os defensores do plano de patrulhamento ideológico e as mobilizações populares mesmo desorganizadas, mas legítimas e necessárias, como atos de violência, é, no mínimo um disparate.

Paul Singer, renomado economista de esquerda e fundador do Partido dos Trabalhadores, também se colocou contra o plano. Claro que as razões de Singer diferem das apresentadas por Maksoud e outros representantes das elites nacionais. Singer argumenta que o plano consistiu em uma operação radical, onde o governo conseguiu de



um só golpe desatar o nó inflacionário, quando deveria fazê-lo pacientemente, identificando e regulando os diversos conflitos distributivos. Assim, a imobilização dos preços permitiu uma trégua nos conflitos, de forma que com o aumento significativo do consumo, a renda aumentou de forma a permitir uma maior participação de vários segmentos sem que os outros sofressem perdas.

Para Singer, havia fragilidade no congelamento e o entusiasmo dos fiscais de Sarney era fogo de rápida combustão, além do que os fiscais eram impotentes diante da força do capital. Pouco podia a população contra os açambarcadores de mercadorias, os remarcadores de preços e a venda com ágio. Assim, diz o autor, o governo deveria ter aproveitado a trégua para fazer uma autentica e sistemática redistribuição efetiva de renda.

Começando pelo fim, a questão era de como um governo fraco e atacado por todos os lados pelas classes sociais em combate, poderia fazer uma redistribuição ordenada de renda? Na verdade isto só seria possível atacando os interesses do capital em suas diversas forma, porém tratava-se principalmente de enfrentar os interesses dos principais beneficiários de sempre: o setor externo, os setores oligopolizados, e o setor financeiro. Dito de outra forma era lutar contra o conjunto da burguesia que detém, no Brasil, a maior fatia de poder econômico e político. Infelizmente, Singer nunca ensinou a fórmula mágica. Só um governo de esquerda, programaticamente definido pelo socialismo ou por um Governo de transição dos trabalhadores da cidade e do campo, poderia fazê-lo. O governo Sarney não era nem nunca disse ser este governo. O partido que dizia ser e que Singer, juntamente com tantos intelectuais engajados fundou, ao chegar ao poder, não deu ouvidos ao que Singer propôs em 1987, se é que o mesmo continua com as idéias daqueles tempos.

Outra questão fundamental é que mesmo reconhecendo qualidades na avaliação global de Paul Singer, principalmente no argumento de que havia uma fragilidade de longo prazo no plano, cabe registrar seu desprezo pelo povo simples (e talvez, Singer não ousou dizê-lo, ignorante) e sua comiseração por este país, grande em território e (pasmem!) em ingenuidade. Nem um grande intelectual de esquerda parece escapar de seus próprios esquemas de pensamento. Enquanto Thompson tenta o resgate dos trabalhadores obsoletos e utópicos “*dos imensos ares superiores da condescendência da posteridade*”, nossos intelectuais de esquerda consideram o povo como ingênuo por defender um conjunto de políticas econômicas que durante alguns meses melhorou sua vida.

É difícil para os economistas ortodoxos, é num certo sentido quase todos eles o são, na medida em que não só fazem profissão de fé nos seus modelos muitas vezes abstratos e sem a mínima aderência com a realidade, na medida em que acreditam que as pessoas agem de acordo com determinadas leis econômicas determinísticas e afirmam que o ser humano é incapaz de agir de maneira diferenciada de acordo com as circunstâncias, admitir que as multidões possam praticar e praticam diariamente formas de economia moral thompsoniana.

#### **4. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a economia moral dos pobres**

Um fato indiscutível é que as desigualdades sociais, econômicas e educacionais sempre foram uma constante no Brasil. A pobreza sempre representou uma característica fundamental na história brasileira.

De acordo com Lopes (1995) os dados do IBGE, entre os anos sessenta e oitenta do século passado, indicam a seguinte evolução nos percentuais da pobreza no Brasil: Em 1960 havia 41,4% de pobres, este número caiu para 39,3% em 1970 e para 24,4% em 1980. Com a forte recessão dos anos 80, ocorreu elevação na proporção de pobres: e, em 1983 o país voltava ao nível de 1960, com 41,9%. A breve recuperação econômica de 1985 associada ao forte crescimento do *Plano Cruzado*, fez cair rapidamente a proporção de pobres: em 1986 ela desceu para 28,4%. Nos anos seguintes, a escalada da inflação e a deterioração econômica, com os efeitos recessivos de planos antiinflacionários, elevaram de novo a taxa: 35,9 em 1987 e 39,3% em 1988, voltando ao nível de 1970.

Segundo dados do IBGE em 1992, o percentual de pobres era de 35,16%, caindo para um valor acima de 28,00% no final da década de noventa e principio dos anos 2000. Em 2003 o Brasil tinha 13,7% de sua população vivendo em situação de indigência, enquanto 35% eram considerados pobres. Em 2008, a distribuição da renda já havia melhorado, de modo que nos cinco anos, que separam 2003 e 2008, os índices de indigência e pobreza foram reduzidos, respectivamente, a 6,6% e 24,1%. Estes dados indicam que 32 milhões de pessoas, o que equivale a mais de três vezes a população atual de Portugal e a 80% da população da vizinha Argentina, saíram da linha de pobreza.

A primeira vista pode-se pensar que este deslocamento para cima da população na escala de renda deve-se unicamente aos diversos programas sociais do atual governo,

contudo, os dados indicam que houve um aumento significativo no volume agregado do emprego, ou seja, algo como oito milhões de novos postos no mercado de trabalho foi criado no período que vai de 2003 até 2009. (Jornal Valor Econômico de 29/12/2009)

Segundo Néri (2009) quando se analisa a redução total da desigualdade, verifica-se que a renda do trabalho assalariado responde por 66,86% na variação total, vindo a seguir os programas sociais com 17%, enquanto os benefícios previdenciários explicam 15,72%, o deixa um resíduo de menos de 1%.

Quando se investiga a evolução da renda é preciso combinar os fluxos de renda com a trajetória temporal da pobreza, da desigualdade e das classes de renda. Apesar das limitações evidentes do conceito de classes de renda, é possível fazer uma adequada apreensão do movimento que leva segmentos da população dos níveis mais baixos de pobreza para níveis mais elevados de renda. Assim, a população é desagregada em quatro grupos de renda.

**Tabela 1**  
**Varição na população por classes de rendimentos**  
**Brasil**

<b>Varição na população</b>	<b>2008-2003</b>	<b>2008-2007</b>
Classe E	(19.458.924,00)	(3.798.432,00)
Classe D	(1.485.360,00)	(899.594,00)
Classe C	25.890.892,00	5.285.627,00
Classe AB	6.095.662,00	1.680.397,00

Fonte: Néri (2009)

Nota: os valores entre parênteses indicam redução.

A classe de mais alta renda (acima de 4807,00 reais) incorpora entre 2003 e 2008, seis milhões de pessoas, de modo que esta camada atinge quase vinte milhões de pessoas. A segunda classe (entre 1115,00 reais e 4807,00) recebe 25,9 milhões de pessoas. Na terceira classe (entre 768,00 reais e 1115,00 reais) há uma redução de um milhão e meio de pessoas. Na última classe de renda (até 768,00 reais) há uma queda populacional de 19,4 milhões de pessoas.

Segundo a pesquisa CNI/Ibope divulgada em setembro de 2009, a avaliação do governo Lula oscilou positivamente e retornou ao mesmo patamar de setembro do ano anterior. A avaliação positiva do governo subiu de 68% em junho para 69% em setembro. 22% avaliam o governo Lula como regular, e 9% como ruim ou péssimo. A aprovação do presidente Lula (a pergunta é: você aprova ou desaprova a maneira como o presidente Lula está governando o Brasil?) também aumentou, subiu de 80% em junho para 81% em setembro. No Nordeste, chega a 90%. O índice dos que desaprovam a forma de Lula governar foi de 16% em junho para 17%. A referida pesquisa também traz um índice que mede o grau de confiança da população no presidente da República. Os entrevistados são questionados se confiam ou não no presidente. Os que confiam foram 76% tanto agora quanto em junho. Já os que não confiam passou de 21% em junho para 22% em setembro.

Nesta pesquisa CNI/Ibope, havia a clara percepção das pessoas entrevistadas dos excelentes resultados obtidos pelo governo em algumas áreas. No capítulo da pesquisa que aborda áreas específicas de atuação, todos os itens investigados registraram melhora da avaliação do governo. Os aumentos mais expressivos ocorrem no combate à fome e à pobreza, na área do meio ambiente, na educação e no combate ao desemprego. A área com a maior melhora do governo foi a educação. A aprovação da atuação do governo na área subiu dez pontos percentuais e agora é de 69%.

Em nova pesquisa realizada recentemente e publicada no começo de junho (Ibope/Estado/TV Globo), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantém os índices de aprovação do governo em alta. O percentual dos eleitores que acham sua gestão ótima ou boa é de 75%, e nada menos do que 86% aprovam seu governo.

Os indicadores apontam o presidente como o político mais popular de toda a história republicana brasileira.. Desde as eleições de 1984, os presidentes nunca ultrapassaram a marca de pouco mais de 35% de aprovação ao final de seus mandatos. O atual presidente, que, após oito anos de governo, ostenta 80% de aprovação só teria como oponentes sérios, os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

O queremismo foi um acontecimento histórico importante na nossa história republicana. Até meados de 1945 a política nacional tinha como eixo a campanha eleitoral, mas no começo do segundo semestre ocorreu um deslocamento para a questão da constituinte, marcada para depois da eleição presidencial de 2 de dezembro. A pregação do

queremismo (“Queremos Getúlio”, ou “Constituinte com Getúlio”), feita pelos trabalhistas, com o apoio total do PCB conseguiu adeptos em todo o país. Naquele momento, Getúlio Vargas era, seguramente, o político mais popular que o Brasil tinha conhecido. Por outro lado, não resta dúvidas de que apesar de seu autoritarismo, os benefícios sociais e a legislação trabalhista concedidos ao longo de uma década e meia de governo, podem explicar o apoio das multidões que se reuniam nas ruas durante os comícios queremistas. Também explica a vitória do pouco expressivo Eurico Dutra, nas eleições presidenciais daquele ano, e a própria eleição de Vargas para o Senado por dois estados e para deputado por outros sete. Em 1951, Vargas voltou à presidência com 53% dos votos. Contudo, é possível que a popularidade de Getúlio não tenha ultrapassado o patamar dos votos que recebeu em 1950. Em três anos de governo democrático, os problemas econômicos, principalmente a inflação, as greves de trabalhadores e a oposição violenta da imprensa devem ter contribuído diminuir sua aprovação popular.

Em 1955, Juscelino Kubitschek se elege presidente do Brasil com 36% dos votos em uma época em que as eleições se decidiam por maioria simples e sem segundo turno. Mesmo sendo os anos dourados do capitalismo brasileiro, mesmo com o estupendo otimismo que provocou seu Plano de Metas e com o apoio popular que durou quase todo seu governo, principalmente em virtude do aumento dos investimentos e do emprego, findou seu mandato com dificuldades no front econômico, particularmente pelo fantasma da inflação. Embora tenha mantido alguma popularidade, não foi suficiente para ser fazer seu sucessor, em 1960, pois o Marechal Lott foi derrotado por Jânio Quadros.

O que faz o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tão popular e com grande chance de fazer sua sucessora? A resposta deve indicar os notáveis avanços conseguidos pelo atual presidente na economia, principalmente os avanços obtidos na questão social, em especial a elevação de 25% da população pobre à condição de classe média. É entre os eternos perdedores deste país, que agora se alimentam, se vestem e freqüentam os shopping, antes reservados apenas aos 20% mais ricos, que pode-se encontrar os apoiadores do presidente, pois diferente do que afirma uma certa ciência econômica, as principais motivações das pessoas não passam pela racionalidade do mercado capitalista e sim por uma moral econômica, onde os direitos elementares do ser humano estão no centro das decisões políticas.

## Referências bibliográficas

AGÊNCIA DIAP. Pesquisa CNI/Ibope aponta polarização entre Serra e Dilma em 2010. Disponível em: < <http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/11445-pesquisa-cniibo-pe-aponta-polarizacao-entre-serra-e-dilma-em-2010> > . Acesso em 30 de março de 2010.

ALMEIDA JUNIOR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira, T.III, O Brasil republicano*, vol.3. Sociedade e Política, 1930-1964. Livro primeiro: Processo Político. Capítulo IV. (Livro 10 da Coleção).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores Sociais*. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#indicadores](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores) > . Acesso em 25 de abril de 2010

CAMARGO, José Márcio & RAMOS, Carlos Alberto. **A Revolução Indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO. Vários números, março a setembro de 1986.

LIBERDADENEWS. *IBOPE: Popularidade de Lula impulsiona Dilma*. Disponível em < <http://www.liberdadeneWS.com.br/politica/128-ibope-popularidade-de-lula-impulsiona-dilma> >. Acesso em 08 de junho de 2010.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações Econômicas Internacionais no Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira, T.III, O Brasil republicano*, vol.4. Economia e Cultura, 1930-1964. Livro primeiro: Economia e Demografia. Capítulo II. (Livro 11 da Coleção).

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política “populista” no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira, T.III, O Brasil republicano*, vol.3. Sociedade e Política, 1930-1964. Livro primeiro: Processo Político. Capítulo IV. (Livro 10 da Coleção).

NERI, Marcelo Cortes. *Consumidores, Produtores e a Nova Classe Média: Miséria, Desigualdade e Determinantes das Classes*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2009. Disponível em: < [http://www3.fgv.br/ibrecps/cpc/CPC\\_textofim\\_neri.pdf](http://www3.fgv.br/ibrecps/cpc/CPC_textofim_neri.pdf) >. Acesso em 10 de abril de 2010.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980..

SAYRE, Robert & LÖWY, Michael. A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams. **Crítica Marxista**, 1995.

SINGER, Paul. **O dia da lagarta**: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Trad. Denise Bottmann. 3v. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Senhores & Caçadores**. A Origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Ensaio**s. Org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, Ed.Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os Românticos**. Trad. Sérgio M. R. Reis. A Inglaterra na Era Revolucionária. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

TOLEDO, José Roberto de. *Popularidade de Lula impulsiona Dilma*: O cruzamento da avaliação de Lula com a intenção de voto mostra como Lula transformou Dilma Rousseff. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,popularidade-de-lula-impulsiona-dilma,562377,0.htm>> . Acesso em 08 de junho de 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

### Notas:

<sup>1</sup> O trecho de onde extraímos essa citação é o seguinte: “Para nós a essência da visão romântica é a rejeição e a crítica da modernidade capitalista/industrial em nome de valores tirados do passado pré-moderno, ela está longe de ser sempre ‘passadista’; existe toda uma gama de posições românticas de esquerda ou revolucionárias – inclusive um romantismo marxista – que procuram no passado uma inspiração para a invenção dum futuro utópico”. (Sayre & Löwi, 1995: 44).

<sup>2</sup> A Grande Transformação: as origens de nossa época (1944). Existe uma edição brasileira pela Campus.

<sup>3</sup> Segundo Dorothy Thompson, no Prefácio de *Os Românticos* (2002:7), antes de sua morte Thompson pretendia escrever estudos sobre dois temas que julgava essenciais: o movimento romântico inglês da década de 1790, e a cultura popular consuetudinária na Inglaterra do século XVIII. O primeiro ele não teve tempo de realizar, o segundo resultou na coletânea *Costumes em Comum*, publicada em 1991, com oito artigos produzidos ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. A edição brasileira, pela Companhia das Letras, data de 1998, com revisão técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes.

<sup>4</sup> Salvo dito em contrário, os dados são sempre do Banco Central do Brasil.

<sup>5</sup> FSP, 02/03/1986.

<sup>6</sup> FSP, 24/04/ 1986.